

---

## **EQUÍVOCOS SOBRE O ESTUDO DA ÁFRICA E DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES DOS AFRO-BRASILEIROS: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA**

Germana Guimarães Gomes<sup>1</sup>  
Orientação: Solange Pereira da Rocha<sup>2</sup>

Na sociedade brasileira do início do século XXI, o preconceito etnicorracial apresenta-se como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela população negra; que, em sua maioria, sofre literalmente na pele os efeitos da desigualdade social e da má distribuição de renda existente no país. Neste sentido, abordar a história do povo negro e de seu continente se torna um grande desafio para a atual geração de historiadores, sobretudo considerando que tradicionalmente a historiografia priorizou enfoques sobre a história da população negra que valorizava a ótica do branco colonizador, através de representações eurocêntricas.

Partindo do pressuposto da necessidade em discutir as questões étnicas, pois além de sermos tributários de uma cultura européia somos também tributários de várias culturas africanas, desejamos nesse estudo verificar os discursos em torno do continente africano e a repercussão destes na construção dos espaços de sociabilidades dos afro-brasileiros na transição do século XIX para o século XX. É através dessa análise que verificaremos o contexto de inferioridade e de exclusão que foi direcionado aos negros, assim também como ao continente africano.

### **O contexto político da transição Império para a República: Os lugares do povo negro no Brasil**

O recorte historiográfico nos aponta para um período onde os afro-brasileiros se deparam com uma nova concepção de mundo propiciada pela abolição que alterou a inserção destes na sociedade, convertendo-os de propriedade dos seus senhores para mão-de-obra assalariada. “Livres”, estes eram responsabilizados pelo corrompimento social e atraso econômico no qual o país se encontrava, fazendo como que a mestiçagem provocada pelo cruzamento racial fosse considerado como responsabilidade dos “males” da nação brasileira.

É no final do século XIX e início do século XX que a idéia de branqueamento ganha força, dando ênfase a idéia de que quanto mais branco melhor, já que a mestiçagem existente no Brasil atestava a “falência da nação”. Segundo Schwarcz (1998), percebe-se nesse período

---

uma remodelação do conjunto de discriminações direcionada aos não-brancos. Nesse sentido, para muitos dos agentes daquele contexto:

Quanto mais branco melhor, quanto mais clara superior, eis uma máxima difundida que vê o branco não só uma cor, mas também uma qualidade social, aquele que sabe ler que é mais educado que ocupa uma posição mais elevada. (SCHWARCZ, 1998, p. 47)

No Brasil esse processo de transição ou mais precisamente a chamada Primeira República (1889-1930) tem sido estudada como um período de grandes mudanças. Entretanto, essas mudanças não foram homogêneas e nem atingiram a todos da mesma maneira. É nesse contexto que daremos uma especial atenção aos efeitos que tais transformações tiveram para a população negra da época, e como estas repercutiram nos espaços sociais destes.

Gomes (1998) nos coloca que esse período foi de extrema convivência entre o moderno e o tradicional. Problematizando em torno dos diagnósticos e prognósticos de intelectuais como Rui Barbosa (democrático liberal) e, Pinheiro Machado, (consevador ou outro termo que contraponha a democracia de Rui Barbosa), a autora destaca que essa situação política e social no Brasil, sobretudo no século XX foi palco de idéias que enfatizavam o atraso e a decadência. Para a autora, essa Primeira República esteve marcada pela tensão entre o moderno e o atrasado, entre o público e o privado, ou seja, *“ela se situava na fronteira entre o público e o privado, sendo essa a sua principal marca e também o seu dilema, pois o Brasil não era rui ou Pinheiro; era Rui e Pinheiro. (GOMES, 1998, p.496)* e é nessa antítese que podemos destacar os espaços sociais que foram ocupados pela população negra recém-liberta.

Destacando também essa conjuntura sócio-política Carvalho (1987) em sua obra *“Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi”*, apresenta uma visão da cidade do Rio de Janeiro bastante significativa ao leitor, dando ênfase a alguns problemas de cunho político, econômico e social, problemas estes originados da instável transição do Império para a República. Em sua discussão o autor destacar os lugares que foram dados ao povo negro no Brasil, lugares esses de exclusão, assim como a grande massa da população, trazendo à tona nesse sentido a discussão sobre inexistência de um povo no Brasil.

Segundo o autor, houve um rápido crescimento da cidade, alterando a demografia, a composição étnica e também a estrutura ocupacional, principalmente por conta da Abolição e da imigração. Após a Abolição o contexto de inferioridade para com os povos negros não mudou, e estes continuaram sendo marginalizados e excluídos socialmente.

Não eram cidadãos. Era a “mob” ou “dregs” (escória) para o representante inglês; a “foule” para o francês; a “canalha”, a “escuma” social para o português, quando não eram simplesmente bando de negros e mestiços. (CARVALHO, 1987, p.72)

Percebe-se nessa transição política um acúmulo de pessoas mal remuneradas ou sem ocupação fixa vivendo muitas vezes através de vias ilegais. No que concerne a esse contexto de ilegalidade, este esteve intimamente relacionado à população negra, os quais eram considerados como as classes perigosas, aparecendo nas estatísticas criminais acusados muitas vezes por desordem e vadiagem.

Esta população poderia ser comparada as classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha, e dos navios estrangeiros, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes (palavra já existia). E é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhava por todo país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil as vésperas da República (CARVALHO, 1987, p.18).

É dentro, pois, dessa conjuntura que percebemos como as representações excludentes e discriminatórias que foram construídas pelo aparato hegemônico da transição Império para a República repercutiram no imaginário social da época. Pensar o contexto político de uma época é pensar não de forma reducionista, mas percebendo o vínculo que esta tem com outros domínios sociais. *O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social* (BARROS, 2000, p.35). E é nessa linha de pensamento que iremos discorrer acerca do continente africano, de como este foi delineado pela historiografia. É buscando entender essa construção que iremos discutir nas linhas seguintes os discursos em torno desse continente e de sua população.

### **África: continente incivilizado?**

A etimologia da palavra África remete-nos a termos como “*poeira, ensolarado, terreno longe do frio e da caverna*” (MARTINS, 2010, p.41). É com essas referências etimológicas que refletimos acerca dos discursos em torno desse continente. A força dessas imagens tem razão de ser, pois desertos como os do Saara, do Namibe, além das florestas guineenses e congolenses, ocupam metade do território africano. Um erro comum, no entanto, é resumir o continente a isso.

Expondo acerca do continente africano e de sua construção no âmbito historiográfico, Hernandez (2005) nos coloca que o conjunto de escrituras sobre esse continente, principalmente das últimas décadas do século XIX e início do século XX, contém uma série de equívocos, preconceitos e noções deturpadas decorrentes em grande parte da carência do conhecimento, assim também como do desconhecimento desse continente. Para ela, essas pré-noções, preconceitos, compõem o quadro dos esteriótipos e de exclusão que foram dados aos afro-brasileiros após sua libertação em 1888. Verificamos assim, dentro dessa conjuntura, um cunho político que orientou a construção dos discursos em torno do continente africano e de seu povo.

Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram antes de tudo, instrumentos da política nacional, contribuindo de modo mais ou menos direto para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico. (HERNANDEZ, 2005, p.18.)

Seguindo um pressuposto ideológico, os africanos foram identificados com designações próprias às características fisiológicas baseadas em certa noção da raça negra. Nesse sentido, “*o termo africano ganha uma série de significados negativos, tais como: frouxo, indolente, incapaz, inferior, primitivo, dentre outros*” (HERNANDEZ, 2005, p.18). Ao se falar de África a imagem que persiste até hoje é a de um continente incivilizado, em plena barbárie e o seu povo não foge a regra dessa visão estereotipada. Nesse sentido é conferida a África segundo esse autor um estado de selvageria no qual predomina a natureza, fazendo como que estes não produzam cultura ou história.

É buscando fugir dessa visão em torno da África e do seu povo que Serrano (2007) nos expõe sobre a história desses em *A África Tradicional*. Para este autor, a história dos povos africanos corresponde a de toda a humanidade, ou seja, da sobrevivência material, mas também espiritual, intelectual e artística. Entretanto, essa visão ficou a margem da compreensão nas bases do pensamento ocidental, provocando nesse sentido a distorção da imagem do continente africano e também de seu povo.

Verificando os fatores que corroboraram para essa situação, o autor nos aponta para as discussões científicas acerca desses povos. De acordo com o evolucionismo biológico de Charles Darwin, povos como os africanos estariam num patamar cultural e histórico correspondente aos ancestrais da humanidade. É nessa análise que verificamos a repercussão

dessas discussões no Brasil, o que favoreceu a discriminação do afro-brasileiro no plano político, econômico e cultural.

Desvendando o que estava “perdido”, a ação civilizadora ignorou os conhecimentos e as experiências dos povos africanos. Expondo acerca do universo cultural desse continente, Serrano (2007) nos coloca que estes mantinham contatos seculares (provavelmente milenares) com outras civilizações como, por exemplo, os árabes, e isso promoveu um forte dinamismo externo, o que implica dizer que a história dos povos africanos se encontra num quadro de diversidade cultural.

A história da África, portanto, não pode ser entendida tomando como identificação a organização adotada pelas sociedades do mundo ocidental. É preciso que se discuta a África “anterior” e também atual, ou seja, a África tradicional e moderna. Essas Áfricas diversas possuem suas particularidades sociais, econômicas e culturais. É tomando como corpo de análise essa história que contribuiremos para a valorização da África e do seu povo, uma vez que estes foram negados pela historiografia oficial.

### **Nos limites do possível: a construção de seus espaços sociais**

Assim como na África, o campo de diversidade cultural dos afro-brasileiros também será pouco percebida e valorizada. As práticas culturais dos afro-descendentes estarão ligadas a um campo de inferioridade. É numa cultura segregacionista que os denominará de vagabundos, desorganizados socialmente e moralmente, que os negros libertos irão encontrar seus espaços sociais:

A pecha de vagabundo e ociosos desorganizados social e moralmente que lhe foram atribuídas na visão daqueles que reconstruíram o país após a desmontagem do regime escravista, impede a princípio a interpretação de suas trajetórias sociais enquanto movimento singulares, vivenciando nos limites do que era possível, mas com base em escolhas e valores próprios. (SCHWARCZ, 1998, p. 52).

É justamente nos limites do que era possível que os negros recém libertos encontrarão alternativas diante da realidade na qual se encontravam. Ao buscar amenizar as mazelas do desenraizamento, da exclusão proposta pelo projeto modernizante da Primeira República, estes formarão espaços de irmandades e de sociabilidades entre os seus:

Interpretar a historicidade das condições de vida desses grupos implica também superar os limites dos preceitos burgueses e discernir valores e visões de mundo a eles peculiares em experiências sociais diversificadas e fluidas, implica avaliar a

reorganização de suas vidas contornando só resquícios do domínio escravista os flagelos da fome e das secas, fugindo dos alistamento e das conturbações políticas, buscando novos espaços sociais que permitissem minimizar não só as mazelas do deseraizamento, como também a condição de exclusão pretendida pelo projeto modernizante das elites brasileiras. (SCHWARCZ, 1998, p.60).

Um dos espaços construídos pelos negros no período escravocrata no Brasil foram os Quilombos. Como uma alternativa de fuga, este lugar se tornou um local de refúgio, de manifestação da cultura e história do povo negro. Apesar da vida difícil nesses locais, os habitantes viviam livremente, longe da escravidão, revivendo suas tradições, crenças e costumes. “*ao longo de toda a história da escravidão essas comunidades constituíram o principal meio de libertação dos escravos*” (FREITAS, 1983, p.58). Entretanto esse foi um termo aportuguesado, pois no continente africano este possuía uma estrutura totalmente diferente. Não era um lugar de liberdade, mas sim de controle e de difusão dos escravos.

Em *Quilombos do Catucá*, o historiador e pesquisador Josemir Camilo de Melo faz uma discussão a respeito da relação que os quilombos do Estado de Pernambuco tiveram com o Quilombo dos Palmares (quilombo bastante significativo a nível nacional). Expondo acerca das diferenças existentes entre esses campos de resistência e de liberdade para os negros, o autor aponta para a influência de Palmares na formação da resistência quilombola no Brasil, sobretudo, na formação dos quilombos de Catucá. O universo quilombola segundo este autor, deve ser analisado não só enquanto local de resistência, mas também como um local de sociabilidade, de diferentes culturas, mas que se uniam em prol da liberdade.

Como medir a fala de Zumbi e seus quilombos, sequer podemos ouvir/ler a fala dos quilombolas do século XIX se não soubermos ler o macaratu, o afoxé, o candomblé, as línguas e a liturgia do candomblé e de tantas outras variantes lingüísticas e culturais, dificilmente perceptíveis por um pesquisador exótico e também por participantes da própria cultura negra. (MELO, 2001, p.190).

Reavaliando os significados do cativo e da liberdade no período pós-abolição, os negros, segundo Cunha Junior (2007), apropriaram-se das memórias da escravidão e da construção das identidades etnicorraciais na recém inaugurada República brasileira, para dar visibilidade as suas ações, construindo assim seus espaços. Percebe-se, na primeira década do século XX, que uma das estratégias da construção das identidades negras passava pela negação das representações de seres irracionais, sem capacidade cognitiva, que lhes foram atribuídas pelo racismo moderno.

Um importante espaço de sociabilidade foi a prática religiosa do candomblé, existente até hoje no Brasil, e que foi reinventada para que sobrevivesse diante do catolicismo.

Organizado hierarquicamente e com base religiosa, o candomblé se tornou uma instituição à qual o negro escravizado, fugido ou liberto, se dirigia para garantir algumas de suas necessidades:

Os grupos de candomblé se reuniam em casas ou sítios, em geral, e eram espaços de sociabilidade dos negros, um lugar onde podiam fazer seus cultos, enterrarem seus mortos – costume muito importante para as religiões africanas, trazidas na bagagem da memória – e onde davam ajuda aos que necessitavam dela; muitos escravos fugidos buscavam ajuda do candomblé do qual fazia parte. (SOUZA, 2007, p.105).

Os negros tiveram que reinventar constantemente suas identidades, seus espaços, e isso ocorreu desde sua chegada na América. Reinventando-se através de suas memórias, de suas lembranças, estes deram significados às experiências vividas antes do processo de escravidão. Em sua obra “*(Re)Vivências Negras: Entre Batuques, Bailados e Devoções*” Souza (2007) trata as lembranças como re-construções de memórias das experiências vividas pelos próprios agentes e grupos sociais. É a partir da história oral que este autor dá ênfase a discussão em torno das vivências negras, e a justificativa a respeito dessa metodologia se refere ao fato da história oficial ter excluído e ocultado as experiências e registros desses povos, valorizando somente a fonte escrita dominante.

Com uma visão negativa que influenciou a produção de um espaço que impedia ou limitava o acesso da população negra, estes tiveram que (re)elaborar seus espaços de cultura e de convivência, criando outros espaços, tais como: bailes, jogos de futebol, procissões religiosas, batuques e sociedades carnavalescas. Estes espaços, segundo Souza, “*constituem locais para a manutenção das relações de solidariedade, as temporalidades, e as convivências negras*” (SOUZA, 2007, p. 98).

Destacando também a construção dos espaços sociais do povo negro no Brasil, Domingues (2007) enfatiza a importância do movimento negro para essa conjuntura. Destacando as lideranças negras tais como: José Correia Leite, Francisco Lucrécio, Abdias do Nascimento, Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, dentre outros, o autor reflete também a preocupação desse tipo de movimento pela inserção da população negra após a abolição e durante o período republicano.

Segundo este autor durante toda a Primeira República, esse movimento empreendeu várias estratégias de luta a favor da população negra, com a finalidade em resolver os problemas da sociedade da época, em particular os problemas provenientes dos preconceitos e

das discriminações raciais que excluíram os negros em diversos setores, tais como o político, o social, o cultural dentre outros. (DOMINGUES, 2007, p.7).

Como já frisado anteriormente, o novo sistema político não assegurou absolutamente nada para a população negra, a liberdade não significou igualdade. Entretanto, Domingues enfatiza que os libertos, ex-escravos e seus descendentes buscaram reverter tal situação e nesse sentido, criaram determinadas instituições na tentativa de mobilizar os grupos negros no Brasil. Grêmios, clubes, associações foram alguns destes como podemos ver na citação que se segue:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor;<sup>6</sup> em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).<sup>7</sup> Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”. (DOMINGUES, 2007, p. 4)

Além dessas associações um outro espaço de sociabilidade criado pela população negra da época foi a imprensa negra. Esta tinha como intuito, publicar notícias e denúncias relacionadas a situação de exclusão dado aos negros. Citando um dos principais dirigentes negros da época, José Correia Leite, o autor destaca o pensamento deste acerca da imprensa negra, que entendia esta como uma imprensa alternativa, que “*transmitia as informações que não se obtinha em outra parte*” (Domingues, 2007 apud Leite, 1992, p.4). Nesse sentido, podemos ver esta preocupação a partir de alguns jornais do Estado de São Paulo:

Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. (DOMINGUES, 2007, p. 5).

Além de São Paulo, outros Estados tomaram por necessidade a discussão proposta por esse tipo de imprensa. Podemos citar o jornal *Raça* (1935), em Uberlândia/MG, o *União*



(1918), em Curitiba/PR, *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre/RS, e o *Alvorada*, em Pelotas/RS. Este último, segundo Domingues, foi publicado com pequenas interrupções, iniciando em 1907 indo até 1965, sendo portanto o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país.

Como se pode notar, mesmo com limitações o povo negro conseguiu através desses artifícios, tais como bailes, grêmios, quilombos, jornais, dentre outros, fugir das diversas mazelas que os afetavam, tomando pois esses espaços para se pensar em torno da segregação racial que enfrentavam e que os impediam de freqüentar lugares determinados como hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. (DOMINGUES, 2007, p. 9).

### **Entre o velado e o explícito: o racismo brasileiro**

Durando mais de três séculos, a escravidão trouxe para o Brasil "3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente" (SCHWARCZ, 1998, p.173). Ao se tornarem propriedades de quem os comprava, os escravos eram definidos como não-cidadãos e considerados inferiores. Com a abolição da escravatura, a liberdade não significou a igualdade. O racismo encontrado tanto no continente africano como nesse período acabou sedimentando a construção e a manutenção de estereótipos, que se manifestaram e ainda se manifestam de forma explícita, mas também silenciosa.

Discutindo sobre o racismo no Brasil, Cunha Junior (2007) nos fala que este é aparentemente silencioso. Tornando-se algo visível nas situações históricas impostas aos africanos e aos seus descendentes, esse racismo faz parte de uma constante ordem de dominação econômica, cultural, social e política:

Este racismo se executa, então, de forma e aparência silenciosa, sem as sistemáticas explicitadas de outros países com rígidos padrões raciais. Fato que leva por comparações a uma parcela da população não reconhecer a existência do racismo no Brasil (CUNHA JUNIOR, 2007 p. 5).

Ainda nessa discussão e comparando o racismo brasileiro com o racismo estadunidense, Munanga (2009) nos coloca que o racismo brasileiro é caracterizado por ser "sutil". É um racismo velado e pelo fato de ser sutil e velado não significa que este faça menos vítimas do que o racismo aberto verificado nos Estados Unidos. O silêncio faz parte do

---

dispositivo do racismo brasileiro. “*O silêncio é uma maneira de você matar a consciência de um povo*” (MUNANGA, 1999, p.19).

Verificamos a dimensão cultural do racismo no cotidiano a partir de formas de comportamento, assim como por meio da exclusão social e espacial. Desse ponto de vista, o racismo vem sendo combatido em diversas frentes, como por exemplo, na introdução de conteúdos anti-racistas nos currículos escolares, na assistência jurídica a vítimas de racismo, no rigor na apuração e punição de crimes de racismo, etc.

Em sua obra *Comunicação, Identidade Cultural e Racismo*, Francisco (2000) nos coloca que ainda existe no Brasil no plano da comunicação, a idéia de uma harmonia racial, que implica na igualdade de cor e raça. Ao consolidar-se no campo midiático, essa idéia acabar por negar e rejeitar a presença africana em todos os campos da sociedade, além de enfatizar a não existência da desigualdade e da discriminação silenciando nesse sentido, a diversidade social e racial brasileira.

Fazendo referência ao campo da identidade para entender o passado e o futuro da miscigenação brasileira que resulta na idéia de harmonia racial, o jornalista afirma que essa identidade é, sobretudo, jogo de semelhança e diferenciação, sendo também um jogo linguageiro, ou seja, discursivo, narrativo que exclui, inclui, silencia, valorizando certa produção cultural e social.

Ao esboçar sobre o jogo linguageiro, o autor enfoca a existência de diferentes formas de ver o branco e o negro. Com relação ao negro, existem diferenças metodológicas que nem sempre resultam em uma compreensão aprofundada sobre o fenômeno racial e étnico no Brasil. Citando hipóteses a respeito dessa diferença metodológica, o autor nos enfoca a respeito da etnização dos insultos, afirmando que estes foram reproduzidos historicamente o que leva a concluir “*que não se diz qualquer coisa em qualquer lugar*” (FRANCISCO, 2000, p.125).

Ainda dentro dessa perspectiva, o autor acredita que há um esforço no Brasil em racializar e despolitizar as relações das diferenças de classes. Para ele, essa miscigenação é uma narrativa e essa narrativa cumpre bem menos o papel de dissolvente dos extremismos, pois desempenha uma política de mascaramentos, de esvaziamento de conflitos de classes. No que se refere aos extremismos o autor pontua a denuncia do racismo, assim como a organização das etnias negras - afro-brasileira, estas para a política da despolitização acabam por negar a identidade nacional, pois questiona a homogeneidade, a harmonia racial existente.

A abolição foi um processo que deveria ter produzido uma modificação na vida dos ex-escravizados, porém ela foi freada e hoje podemos ver no dia a dia dos negros discriminações que saem tanto do âmbito privado como do público.

É diante desse parâmetro que destacamos a relevância desse estudo. Tratando dessas questões excludentes a partir da análise do continente africano e da experiência de ser negro no Brasil, percebemos a relevância dessa pesquisa, na medida em que esta possibilitará uma maior discussão sobre o africano, seu continente e os espaços sociais dados aos recém libertos após a escravidão no Brasil. Os discursos nessa abordagem acabam por nos fazer refletir sobre a inexistência deles como algo isolado, pois é visto como um produto da dinâmica social. O historiador que trabalha com essa perspectiva deve buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos enunciados. É exigindo um olhar metucioso, é cultivando detalhes, aquilo que é aparentemente insignificante, que o historiador compõe uma pesquisa.

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Endereço eletrônico: ggermanag@hotmail.com.

<sup>2</sup> Orientadora pelo PPGH da Universidade Federal da Paraíba.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

APPIAH, Kwame Anthony. A invenção da África. In: \_\_\_\_\_. **Na casa de meu pai: a África uma filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p.19-52.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. A abolição inacabada e a educação dos afro-descendentes. **Revista Espaço Acadêmico**, Rio de Janeiro, n. 89, p. 10-15, Out. 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Niterói, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

FRANCISCO, Dalmir. Comunicação, Identidade Cultural e Racismo. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.). **Brasil Afro-Brasileiro.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.117-151.

FREITAS, Décio. Quilombos. In: \_\_\_\_\_. **Escravos e senhores de escravos.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 58-68.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 490-555.

---

HERNANDEZ, Leila Leite. O olhar imperial e a invenção da África. In: \_\_\_\_\_. **A África em sala de aula:** visita a história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 17-44.

MARTINS, Ana Rita. Todos de olho na África. **Revista Nova Escola.** São Paulo, n. 232, p. 40-47, Maio. 2010.

MELO, Josemir Camilo de. Quilombos do Catucá: Uma herança dos palmares no Pernambuco oitocentista. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001. p. 189-216.

MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito. **Fórum:** outro mundo em debate. São Paulo, n.77, p. 15-19, agost. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e Raça na intimidade. In: \_\_\_\_\_. **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.173-243.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. A África tradicional. In: \_\_\_\_\_. **Memória de África:** A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007. p.126-181.

SOUZA, Sérgio Luiz de. **(Re)Vivências Negras:** Entre Batuques, Bailados e Devoções. Ribeirão Preto: S.L. de Souza, 2007.